

A secularização da assistência médico-hospitalar na Praia de Santa Luzia: representações das Irmãs da Caridade e a sua atuação na Santa Casa de Misericórdia da Corte

Jefferson de Almeida Pinto * 

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Resumo

Este artigo analisa as discussões em torno da assistência médico-hospitalar na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro nas mãos das Irmãs da Caridade, a partir da década de 1850. O trabalho das religiosas era confrontado pela Faculdade de Medicina da Corte, pelo fato de interferirem na profilaxia recomendada para o tratamento aos doentes. Percebe-se um embate entre a concepção religiosa e o olhar médico e científico no tratamento à saúde. Essa tensão se torna mais aguda ao se verificar que havia uma disputa pelo corpo feminino, a partir da prática nas clínicas de obstetrícia e ginecologia. O processo de secularização, assim como o ultramontanismo no Segundo Reinado, são levados em consideração para o entendimento das representações desqualificadoras das Irmãs da Caridade na imprensa.

Palavras-chave: Santa Casa; Assistência; Faculdade de Medicina; Secularização; Política Imperial.

Submetido: 03/04/2025

Aceito: 09/02/2026

* Doutor em História (UFF). Professor Titular do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Juiz de Fora e docente permanente do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do grupo de pesquisa História, Poder e Ideias Políticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Laboratório Cidade e Poder da Universidade Federal Fluminense. E-mail: jeffersondealmeidapinto@gmail.com.

The secularization of medical-hospital assistance at Praia de Santa Luzia: representations of the Sisters of Charity and their role in the Santa Casa de Misericórdia of the Court

Jefferson de Almeida Pinto



Federal Institute of Southeast Minas Gerais

Abstract

This article analyzes the discussions surrounding medical-hospital assistance at the Santa Casa de Misericórdia of Rio de Janeiro under the care of the Sisters of Charity, beginning in the 1850s. Their work was challenged by the Faculty of Medicine of the Court due to their interference in the recommended prophylactic measures for treating the sick. A conflict is evident between the religious and medical-scientific perspectives in health care. This tension intensified with the emerging dispute over the female body from within the practices of obstetrics and gynecology clinics. The process of secularization and ultramontanistism during the Second Reign is considered essential for understanding the discrediting representations of the Sisters of Charity in the press.

Keywords: Santa Casa; Assistance; Faculty of Medicine; Secularization; Imperial politics.

La secularización de la asistencia médico-hospitalar en la Praia de Santa Luzia: representaciones de las Hermanas de Caridad y su actuación en la Santa Casa de Misericordia de la Corte

Jefferson de Almeida Pinto



Instituto Federal del Sudeste de Minas Gerais

Resumen

Este artículo analiza las discusiones sobre la asistencia médico-hospitalar en la Casa de Misericordia de Rio de Janeiro, bajo el cuidado de las Hermanas de Caridad, a partir de la década de 1850. El trabajo de las religiosas era confrontado por la Facultad de Medicina de la Corte, por interferir en la profilaxis recomendada para el tratamiento a los enfermos. Se percibe un embate entre la concepción religiosa y la mirada médica y científica en el tratamiento a la salud. Esa tensión está más aguda al verificarse que habría una disputa por el cuerpo femenino, a partir de la práctica en las clínicas de obstetricia y ginecología. El proceso de secularización, así como el ultramontanismo en el Segundo Reinado, son considerados en la comprensión de las representaciones descalificadoras de las Hermanas de Caridad en la prensa.

Palabras clave: Santa Casa; asistencia; Facultad de Medicina; secularización; política imperial.

Introdução

Era carnaval no Rio de Janeiro. O *Club Mephistophelis* anunciava o programa do seu préstito para os desfiles nos bairros de Todos os Santos e Engenho Novo. Havia bandas uniformizadas de clarins, guarda de honra, carros levando representações de deusas da mitologia antiga, seguidas de outras alegorias trazendo muitas galhofas. O quarto segmento anunciado para o desfile é um desses exemplos. O intitulado “Embrulhada Jesuítica” trazia, além de músicas, “Padres e o diabo a quatro, Zé-Pereira salesiano, oferecido por estudantes aos bojudos padralhões e às irmãs da caridade, e regido pelo maestro Japecanga”¹. Segundo a *Gazeta da Tarde*, um dos grandes sucessos do *Mephistophelis* foi a fantasia de irmã da caridade, de uma “encantadora menina”, de cinco ou seis anos de idade, “por ser de toda a *actualidade*”².

A pândega com o cotidiano vivido na Corte parece ter sido recorrente naqueles carnavais. Alguns anos mais tarde, Os Democráticos, outra sociedade carnavalesca, trazia em seu préstito alusões ao tema da imigração, pela discussão em torno da entrada da mão de obra chinesa no país, assim como da própria emancipação da escravidão, passando, ainda, pelos problemas das estalagens representadas por “Cabeças de Porco”, pela questão do casamento civil e, mais uma vez, a menção às Irmãs da Caridade, representadas como “doutoras tratando da humanidade enferma e os homens na *cosinha* ou nas machinas de costura! Bom, como ouro!”, aparecendo no cortejo como aquelas que também curavam até a doença do gado³.

Essas notas na imprensa nos chamaram a atenção, não pelo fato de os foliões se fantasiarem de padres ou freiras, mas pela especificidade que traziam, qual seja, a referência explícita a uma sociedade religiosa: as Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo que, junto com os padres lazaristas, compunham a chamada “família vicentina”. Seria algo isolado? O desenrolar da pesquisa nos mostrou que não. Vejamos a seguir, algumas ilustrações publicadas na imprensa da Corte que nos ajudaram a problematizar este trabalho.

¹ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (AFBN). *Gazeta Suburbana*, 1884, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/332585/28>. Acesso em: 17 fev. 2025.

² AFBN. *Gazeta da Tarde*, 25 de fevereiro de 1884. p. 1, col. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/226688/3423>. Acesso em: 17 fev. 2025.

³ AFBN. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, nº 539, 1889. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/332747b/4014>. Acesso em: 17 fev. 2025.

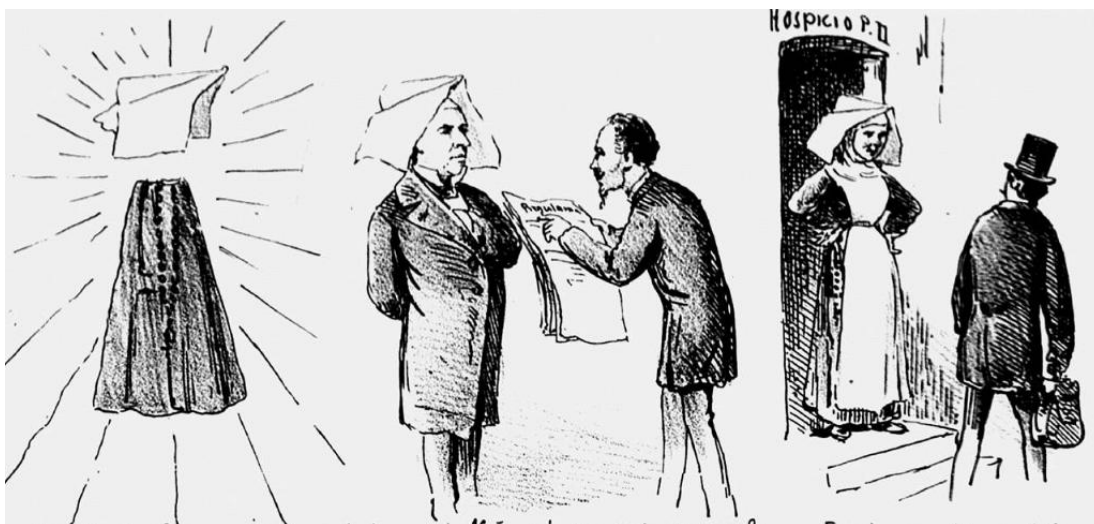
Figura 1: “E já que a razão e a verdade estão do lado do Cons^o Saboia, é de supor que os lentes da Faculdade de Medicina apoiarão o seu diretor e apresentarão ao governo uma petição assinada por todos, exigindo uma radical reforma na S. Casa ou a expulsão das irmãs. Serão capazes disso? Veremos...”



Fonte: AFBN. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 1884, nº 372, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/332747b/2769>. Acesso em: 04 fev. 2024.

Figura 2 - “Na Santa Casa, como em toda parte, quem reina e governa, é a saia e a touca de irmã.

Não admira, pois, que o Sr. Provedor, já sofrivelmente entoucado, se recusasse a atender as justas reformas que pedia o Dr. Goulart. E o digno médico falou em nome da ciência e da verdadeira caridade, teve de retirar-se. Haverá algum médico hoje que pretenda esse lugar sujeitando-se a ser capacho da irmã superiora?”



Fonte: AFBN. *Revista Illustrada*, nº 93, 8 de dezembro de 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747b/651>. Acesso em: 07 fev. 2024.

As referências anteriores nos remetem ao trabalho que essas religiosas desenvolviam junto à Santa Casa, obra caritativa vinculada à irmandade leiga da Misericórdia do Rio de Janeiro. Como vemos, as legendas não são nada edificadoras em relação a elas. Logo, o que este artigo se propõe a investigar é o porquê dessas representações das Irmãs da Caridade na

imprensa da Corte no século XIX. Segundo Roger Chartier⁴, as representações funcionam como mediadoras entre o mundo real e os indivíduos, embora não devam ser entendidas como a realidade, mas interpretações de contextos históricos, sociais e culturais específicos. Assim, também pelas representações passam as relações de poder, refletindo as estruturas sociais, políticas e culturais de um dado tempo histórico. Essas representações não são únicas, podendo ocorrer outras em paralelo e, para isso, precisamos levar em conta os interesses por trás delas. As representações circulam pelas práticas culturais e, nesse sentido, a leitura se torna um importante meio para a sua propagação. Essa assertiva de Chartier nos é relevante para compreendermos a lógica dessa documentação impressa e que, cotidianamente, traz um processo de desqualificação da “família vicentina” atuante no Rio de Janeiro, assim como em outras (arqui)dioceses do Império. Nos ajuda também na própria leitura da imprensa utilizada como fonte para este estudo. Cruz e Peixoto⁵ ressaltam seu papel ativo na produção de discursos e na disputa de representações sociais. Nesse sentido, os jornais e periódicos consultados foram tratados não apenas como registros factuais, mas como agentes históricos que moldaram percepções políticas, culturais e científicas. Essa abordagem permitiu relacionar os discursos jornalísticos às fontes oficiais e estatísticas, evidenciando tanto convergências quanto tensões entre diferentes campos de produção discursiva.

A nossa hipótese é a de que essas representações das Irmãs da Caridade em relação à sua atuação profissional, sobretudo frente à assistência médico-hospitalar, estavam atreladas a um processo de secularização em curso no Império⁶. Fenômeno da modernidade, a secularização pode ser entendida como um tempo em que a religião estava perdendo sua força como elemento organizador do cotidiano, bem como da vida privada. Estado e Igreja, ou passavam por um processo de separação – e áreas como a educação, a assistência, o direito e a saúde perdiam o controle por parte dos clérigos –, ou o Estado passava a ter um controle efetivo sobre a gestão dos bens eclesiásticos e ações clericais, o que ficou conhecido como regalismo, no Brasil e em Portugal. Embora questionada e revista hoje pelos estudos sociológicos, tendo em vista o reavivamento de novas formas e experiências religiosas contemporâneas, é perceptível, pela documentação periódica disposta neste artigo, uma mudança de significado em relação à prática religiosa por parte de alguns grupos, sobretudo aqueles ligados às

⁴ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 177; 180, jan-abr. 1991.

⁵ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

⁶ GOMES, Daniel Machado. A secularização nos discursos de Joaquim Nabuco: uma perspectiva sobre a crise do modelo confessional de 1824. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 185, n. 496, p. 368-383, 2024. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/199>. Acesso em: 12 mar. 2025.

inovações da ciência no século XIX, bem como adeptos ao projeto liberal, base política das revoluções daquele tempo⁷.

Cláudia Rodrigues estudou o processo de secularização a partir das disputas existentes entre o Estado e a Igreja pelos sepultamentos na Corte. A partir dele podemos entender como a secularização da morte era um desses elementos fundamentais para a inserção do Brasil nessa modernidade, uma vez que a concessão de cemitérios e sepultamentos dava à Igreja o entendimento de quem teria o direito ao descanso eterno e, nesse sentido, não estariam os acatólicos, por exemplo, que entravam no país pelo processo imigratório que se acentuava com a crise do escravismo ou, ainda, suicidas, entre outros⁸. Nesse mesmo raciocínio vinha o debate em relação ao direito das sucessões, uma vez que somente garantia direitos à herança aos filhos de casais que estivessem devidamente unidos pelos laços matrimoniais do catolicismo. Mais uma vez, os imigrantes de países protestantes se viam isolados e desprotegidos pela Lei imperial, havendo, portanto, a necessidade de se instaurar o casamento civil que, entre idas e vindas no Império e uma forte resistência católica, somente se oficializou com o regime republicano em 1890, na separação entre Estado e Igreja⁹.

O imaginário em relação às Irmãs da Caridade, assim como dos padres lazaristas, associava-os também de maneira depreciativa ao ultramontanismo. Ligado ao movimento reformista católico do século XIX, os ultramontanos entendiam que a prática e a vivência religiosa católica no século XIX estavam marcadas por uma série de “vícios”. Entre esses estariam uma relação um tanto quanto submissa com o regalismo, tendo em vista a dependência financeira pelo pagamento de côngruas, assim como a grande participação de clérigos na política partidária. Segundo Santirocchi, o próprio governo imperial começou, ainda na primeira metade do século XIX, a pensar no trabalho com congregações religiosas reformadas, cujos padres não estivessem interessados em atuar nos quadros políticos do Império e, nesse sentido, os membros da “família vicentina” tinham um perfil interessante, o que facilitou a entrada dos seus representantes no país¹⁰. No entanto, o tempo levou a associação deles a uma

⁷ RANQUETAT JÚNIOR, Cesar. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Sociais e Humanas*, v. 21, n. 1, p. 67–75, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociais/humanas/article/view/773>. Acesso em: 18 fev. 2025. Cf. tb. CATROGA, Fernando. O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, v. 24, n. 100, p. 213, 1988.

⁸ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 187

⁹ LORDELLO, Josette Magalhães. *A secularização do casamento no Brasil do século XIX: entre o reino de Deus e o dos homens*. Brasília: EdUnb, 2002. p. 143.

¹⁰ SANTIROCCHI, Ítalo D. Afastemos o Padre da Política! A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 12, n. 29, p. 187-207, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 20 mar. 2025.

relação direta com Roma, portanto, dentro da lógica da atuação ultramontana que, de certo modo, desafiava o controle estatal.

Acreditava a Igreja romana na possibilidade de reavivar o catolicismo tridentino, sendo que, para isso, era necessário, além do combate à vivência política do clero, uma mudança cultural, em que as práticas populares do catolicismo – que, no caso do Brasil, eram tidas por heranças do período colonial – deveriam ser combatidas. A atuação da diocese do Rio de Janeiro sobre as festas populares, entre as quais a Festa do Divino, condenada na sua exterioridade, em função do “vício, embriaguez e a jogatina”, era um desses alvos, muito embora pudesse ser tolerada em alguns aspectos, pois era uma forma de evitar manifestações profanas ou o avanço do protestantismo sobre uma população tida por rude, ignorante ou analfabeta, mas, ainda assim, católica¹¹.

No entanto, o ultramontanismo iria além dessa atuação sobre a cultura religiosa, entendendo-se que se espalhava pelos púlpitos, escolas, controlava a assistência aos pobres, limitava os direitos e, portanto, a cidadania, bem como se faziam presentes nos serviços hospitalares, afastando os detentores do saber médico de atuarem livremente em relação às doenças que deveriam ser tratadas com base na ciência e não em orações. Uma campanha (des)velada na imprensa marcou as últimas décadas da monarquia, clamando por uma igreja em que as congregações religiosas buscassem atuar sobre a lógica da política imperial. A crítica contundente ao trabalho das Irmãs da Caridade na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a representação delas como obscurantistas fazia parte de um processo estratégico voltado para a gradativa redução da influência da Igreja Católica nos negócios do Império, tendo em vista as necessidades políticas desse para encaminhar o país à secularização – e, portanto, em direção à modernidade oitocentista.

A assistência médico-hospitalar e os questionamentos à gestão das Irmãs da Caridade nas enfermarias do Hospital da Misericórdia

Originada do final da Idade Média portuguesa, esperava-se que a Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia (1498) reorganizasse a relação com a pobreza e a arrecadação de

¹¹ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 329-331

esmolas, solucionando, ainda, um antigo problema enfrentado pelas monarquias a respeito de a quem poderia ser reservado o trabalho – aos pobres “válidos” – e a quem deveriam ser destinados os socorros, isto é, a caridade – aos “inválidos”. Às Misericórdias caberiam a administração de “serviços hospitalares, recolhimento de órfãs, rodas dos enjeitados (custeados com o auxílio das câmaras municipais), boticas e cemitérios ‘públicos’”¹². Além disso, auxiliavam “tanto na alimentação quanto no livramento de presos pobres, visitavam cadeias, ajudavam pobres envergonhados” e distribuíam “esmolas eventuais, especialmente em dias de grande importância ritual [...]”¹³.

Embora de inspiração católica, as Misericórdias eram instituições de caráter laico¹⁴, assim como não eram as únicas instituições de ajuda aos pobres e necessitados e não os atendiam sem distinções¹⁵. Para o caso do Brasil, que por volta do século XVIII contava com 16 Misericórdias¹⁶, A. J. Russel-Wood se valeu da documentação da Irmandade de Salvador, nos seus aspectos caritativos e religiosos e, por um estudo da sua intrincada estrutura administrativa, discutiu a complexidade da sociedade colonial, na qual a instituição funcionava como forma de distinção social para famílias fidalgas de Salvador, assim como as aproximava dos mais pobres¹⁷. Essa assertiva foi também observada em outras pesquisas, destacando-se a relevância do acesso às irmandades que mantinham obras de caridade para a promoção das elites regionais¹⁸.

Ao final do século XVIII, a Misericórdia do Rio de Janeiro, levando-se em consideração o lugar ocupado pela cidade no novo eixo econômico e social setecentista, destacava-se entre as demais, diversificando os seus serviços e abrigando os comerciantes locais na sua mesa diretiva¹⁹. A Misericórdia mantinha o Hospital da Santa Casa como uma das suas principais obras caritativas, pela qual a assistência médico-hospitalar chegava às camadas mais pobres da capital colonial e, no século XIX, à Corte. Para lá recorria à população cujos socorros mútuos inexistiam, não eram acessíveis ou que não conseguia acesso em outros hospitais que também

¹² FRANCO, Renato Júnio. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 9, jan. 2014.

¹³ FRANCO, 2014, p. 9.

¹⁴ FRANCO, 2014, p. 16; SANGLARD, Gisele; LOPES, Maria Antonia. Pobreza e assistência: debates historiográficos. *Tempo*, v. 24, n. 2, p. 280–284, maio 2018.

¹⁵ FERREIRA, Luiz Otávio. Clínica na cidade: assistência à saúde e o relacionamento entre médicos, elites e pobres no Rio de Janeiro (1880-1940). *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 71–92, 2019.

¹⁶ GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI ao XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 8, n. 3, p. 614, set. 2001.

¹⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

¹⁸ SANGLARD, Gisele. Assistência na antiga província do Rio de Janeiro: contribuições para o debate acerca de sua organização (1830-1890). *História*, São Paulo, v. 40, p. 5, 2021.

¹⁹ FRANCO, 2014, p. 19.

atuavam na assistência médico-hospitalar na Corte²⁰. Havia uma população escravizada ou liberta, preta, parda, branca e pobre, vitimada pelos acidentes de trabalho nas inúmeras obras públicas e privadas, pelos utensílios de trabalho nas moendas dos engenhos²¹, pelo abandono à indigência nas ruas, praças e terreiros, marcada pela violência doméstica e urbana ou, ainda, pelas tentativas de suicídio²². Recorria-se à Santa Casa para tudo aquilo que as beberagens, as poções, as rezas e benzeções, os apelos a santos, orixás, encantados, guias espirituais e demais experiências com o sagrado não davam de imediato o retorno da cura.

Também eram geridas pela Irmandade da Misericórdia o Recolhimento das Órfãs e Donzelas e a Casa dos Expostos, organizados já desde o século XVIII. Na década de 1820, a instituição passou por algumas mudanças, tendo em vista as novas demandas impostas com a Independência e a constitucionalização do governo imperial. Foi sobretudo na provedoria de José Clemente Pereira, no entanto, que muitas transformações ocorreram. Naquele tempo, as obras de caridade se expandiram para além do Largo da Misericórdia e novos edifícios foram construídos, entre os quais o novo prédio do Hospital, separando-se espacialmente dele a Casa dos Expostos e direcionando para Botafogo o Recolhimento das Órfãs e Desvalidas, hoje Educandário Santa Teresa. Exigia-se também a separação dos doentes mentais das enfermarias da Santa Casa e, para isso, foi construída uma sede para abrigar o Hospício Pedro II, já institucionalizado desde 1841. Além disso, outras pequenas obras eram mantidas na cidade, como foi o caso do Hospital de Nossa Senhora da Saúde, na Gamboa, e o fim dos sepultamentos no adro da Capela de Nossa Senhora de Bonsucesso, padroeira da Irmandade. Dois cemitérios passaram a ser administrados pela Irmandade: o São Francisco Xavier, no Caju, e o São João Batista, em Botafogo. Foi também no tempo da provedoria de José Clemente Pereira que as obras de caridade da Irmandade da Misericórdia passaram a contar com o apoio das religiosas francesas Irmãs da Caridade²³.

²⁰ AFBN. *Jornal do Commercio*, 10 de abril de 1880. p. 2, col. 7. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/582. Acesso em: 31 jan. 2024.

²¹ AFBN. *Jornal do Commercio*, 24 de janeiro de 1885. p. 2, col. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/12154. Acesso em: 29 jan. 2024.

²² AFBN. *Jornal do Commercio*, 13 de abril de 1884. p. 1, col. 5. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/10157. Acesso em: 31 jan. 2024.

²³ GANDELMAN, 2001, p. 616-618.

Figura 3 - Vista da Praia de Santa Luzia e edifício da Santa Casa de Misericórdia, Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: AFBN. Disponível em:

<https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon628251/icon628254.jpg>.

Acesso em: 15 maio 2024.

A partir do final do século XVIII e sobretudo no século XIX, a “família vicentina” começou a ocupar seminários e obras que eram geridas pelos jesuítas até pouco antes da sua expulsão do Reino de Portugal, em 1759, bem como passaram a atuar em missões junto a escolas, asilos e instituições hospitalares. Já no século XIX, em função de processos restauracionistas, as Irmãs da Caridade dominavam vasta rede de assistência médico-hospitalar em países católicos, como se dava desde 1645 na França, no reinado de Luís XIV²⁴. As Filhas da Caridade de São Vicente tinham nas suas mãos grande parte dos sistemas de assistência à saúde e outros asilos, ainda ao tempo da Terceira República Francesa. Para a imprensa católica, elas cumpriam uma importante função para a boa condução dos serviços assistenciais e representavam o melhor (e, muitas das vezes, único) acesso a uma população que se estendia até a Argélia e a outras regiões então dominadas pelo imperialismo francês. Assim ressaltava o jornal *O Apostolo*, publicação católica, que circulava na Corte com o apoio da diocese²⁵.

A editoria de *O Apóstolo* contrastava com a de várias outras publicações daquele tempo que viam a atuação das Irmãs da Caridade como obscurantistas e, portanto, propagandistas do ultramontanismo. O posicionamento desses diversos veículos de comunicação que circulavam na Corte coincide com a mudança ocorrida na edição de impressos durante o século XIX. Segundo Ana Luiza Martins, após a queda do Gabinete Liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, a imprensa passa a figurar como “porta-voz de credos diversos, reunindo polifonia

²⁴ HABENACK, Charles. *Jesuítas e Lazaristas*. 2. ed. Lisboa: Typ. de J. G de Souza Neves, 1862, p. 41-42.

²⁵ AFBN. *O Apostolo*: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, 3 de Março de 1882. p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/7688>. Acesso em: 29 jan. 2024.

de falas que pregavam a liberdade de religião, a emancipação e/ou libertação do escravo, o advento da república, não sem reverberações da permanência do regime monárquico”²⁶.

Embora trouxessem temas variados nas suas páginas, os impressos se dividiam entre os interesses dos partidos do Império – Liberal e Conservador – controlados por grupos familiares, pautados pelos seus interesses econômicos e intelectuais. Os jornais brasileiros do oitocentos são, segundo Ana Luiza Martins, demarcadores de posições, ambições e lutas²⁷, podendo ser encontrados impressos de longa duração, como é o caso do *Jornal do Commercio*; revistas, que atendiam a um público mais segmentado, apresentando imagens e caricaturas, bem como impressos de curta duração. Esses periódicos às vezes surgiam em momentos de paixões e eram escritos com certo tom de confronto²⁸.

Logo, é preciso termos em conta que os dados utilizados neste artigo dizem respeito a essa tipologia de imprensa, devendo ser entendidos como produções marcadas por tensões em que a modernidade, além de outros interesses políticos, são referenciais para as representações da Igreja e dos seus religiosos. A causa da secularização ganhava gradativamente mais visibilidade por meio das páginas do *Jornal do Commercio* que, embora filiado politicamente aos conservadores, a partir da década de 1870, cautelosamente, assumiu uma postura reformista frente às transformações políticas vividas naquela década²⁹. Exemplo disso, estava a sua abertura às publicações assinadas por Ganganelli – pseudônimo de Saldanha Marinho – como foi o caso de *A Igreja e o Estado* que propagandeava expectativas reformadoras em relação à modernidade: “Esperamos, pois, que os projetos de casamento civil, secularização de cemitérios, grande naturalização, separação da Igreja e do Estado e registro civil entrem em discussão no parlamento”³⁰. Notas dão ainda a “cor” da secularização mundo afora, como foi o caso francês do Hospital de Saint Denis, então passando por mudanças no seu atendimento médico-hospitalar. Em outras palavras, significava dizer que as Irmãs da Caridade deixariam a sua administração, abrindo espaço para uma atuação profissional médica, bem ao gosto daqueles republicanos que governavam o país na década de 1880³¹.

Já em Nápoles, na Itália, recém-unificada por Benso di Cavour, o jornal reportava que as Irmãs da Caridade foram expulsas do Hospital de Santa Maria por prostitutas que ali se

²⁶ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 47.

²⁷ MARTINS; LUCA, 2012, p. 48.

²⁸ MARTINS; LUCA, 2012, p. 51; 65.

²⁹ MARTINS; LUCA, 2012, p. 54.

³⁰ AFBN. *Jornal do Commercio*, 21 de maio de 1882, p. 1, col. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_07/5625. Acesso em: 03 fev. 2026.

³¹ AFBN. *Jornal do Commercio*, 2 de abril de 1886. p. 2, col. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/14986. Acesso em: 29 jan. 2024.

encontravam em tratamento. Em tom de deboche e moralização, dizia a nota que as mulheres haviam feito um motim por cerca de oito horas, pois haviam sido proibidas de receberem visitas que, em lugar de familiares, descobriu-se que eram os seus amantes³². No entanto, a força do trabalho das Irmãs da Caridade não necessariamente estava sendo reduzida, pois se a República Francesa se debatia com as religiosas, outra república, sul-americana, dava conta de que entregaria uma grande casa de saúde existente em Buenos Aires às religiosas de São Vicente³³.

Para além do “*Jornal do Commercio*” outros impressos também acompanham a causa da secularização – a exceção de *O Apóstolo*, apoiado pela Igreja – procurando demonstrar a necessidade de se atuar em relação à profissionalização dos serviços de saúde e reduzir a participação das Irmãs da Caridade no setor. Segundo o periódico *Folha Nova* as religiosas de São Vicente tinham um negócio lucrativo à frente da Santa Casa. Os gêneros alimentícios oriundos dos armazéns, as carnes dos animais dos chiqueiros e galinheiros existentes nas outras organizações geridas por elas e abatidos para o abastecimento das cozinhas³⁴, a rouparia e lavanderia, envolvendo também serviços de costura e, ainda, o negócio (ou o monopólio) da morte pela funerária que prestava serviço aos sepultamentos³⁵ passavam, direta ou indiretamente, pelas suas mãos³⁶.

A questão que se colocava era a forma como esse “pronto-socorro” da Misericórdia e os demais negócios estavam sendo aproveitados para a promoção das Irmãs da Caridade, sobretudo porque recebiam recursos do erário público para a execução da assistência. Embora visto como humanitário, o trabalho das Irmãs da Caridade não escapava às críticas e se questionava como entendê-las. Em primeiro lugar, temos que levar em consideração as relações desgastadas entre a política imperial e a Igreja Católica pós-década de 1870. Havia, por exemplo, um questionamento com o governo imperial em relação ao tratamento complacente que esse dava às irmandades ou às ordens religiosas³⁷.

Muitos desses questionamentos estavam ligados ao fato destas se desfazerem de bens que, do ponto de vista jurídico, não lhes era devido, pois, na verdade eram propriedades do

³² AFBN. *Jornal do Commercio*, 10 de dezembro de 1889. p. 3, col. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/19262. Acesso em: 30 jan. 2024.

³³ AFBN. *Jornal do Commercio*, 5 de agosto de 1887. p. 2, col. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/18361. Acesso em: 29 jan. 2024.

³⁴ AFBN. *Jornal do Commercio*, 7 de abril de 1889, p. 2, col. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/22559. Acesso em: 31 jan. 2024.

³⁵ AFBN. *Anais da Câmara dos Deputados*, 7 de novembro de 1899, p. 87. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/060917_01/34518. Acesso em: 03 jan. 2024.

³⁶ AFBN. *A Folha Nova*, 14 de janeiro de 1883, p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/363723/205>. Acesso em: 29 jan. 2024.

³⁷ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. *Locus: Revista de História*, v. 8, n. 2, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20565>. Acesso em: 5 dez. 2024.

Estado – os chamados “bens de mão morta”. Essa foi uma animosidade percebida no contexto da “questão religiosa” da década de 1870 e que, ao que nos parece, não estava esquecida nos anos de 1880. Os membros da “família vicentina” eram tidos por useiros e vezeiros nesse tipo de prática em relação aos seus bens³⁸. Essa relação da Igreja com o Estado, de certo modo, materializava-se em alguns artigos que denunciavam o mau estado em que diziam estar a Santa Casa, atribuindo a culpa disso às Irmãs da Caridade³⁹.

Uma questão recorrente, em uma cidade que se via às voltas com o problema da insalubridade, era a higiene nas enfermarias. Os questionamentos chegavam de todas as formas, desde a missa das sete horas da manhã, que era rezada na capela da Santa Casa e que reunia mais de 300 pessoas em um ambiente pequeno, até a obrigatoriedade de os doentes se deitarem logo após o almoço e assim permanecerem até às duas horas da tarde⁴⁰. Em outro caso, inquiriam-se sobre as limitações que eram impostas aos doentes quanto aos banhos, haja vista os gastos públicos feitos com obras hidráulicas, bem como da intromissão das Irmãs na prescrição dos médicos quanto ao asseio do corpo. Importa destacarmos a função da imprensa como aquela capaz de ouvir e falar ao receber as informações das condições higiênicas do hospital, investigar e publicar as denúncias⁴¹.

É relevante ressaltarmos que os estudos históricos sobre a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro não necessariamente se debruçam sobre a atuação das religiosas que estiveram frente às suas enfermarias no século XIX. De certo modo, as Irmãs da Caridade têm a sua atuação abordada de modo tangencial nessa historiografia. Entretanto, o estudo de William Vaz de Oliveira sobre a assistência aos alienados no Hospício Pedro II se reporta à atuação das religiosas no interior da instituição, corroborando a discussão que apontamos acima para o caso do Hospital da Misericórdia. O Hospício Pedro II era destinado ao asilo e tratamento de alienados, homens e mulheres, oriundos de quaisquer províncias. Antes da sua fundação, constam nos relatos que os loucos eram tratados à base do tronco e do chicote. A instituição estava inserida entre os serviços prestados pela Santa Casa, logo, sendo-lhe extensivos todos os direitos, prerrogativas e isenções que cabiam à Misericórdia, assim como os cuidados paliativos

³⁸ AFBN. *Jornal do Commercio*, 9 de março de 1884, p. 2, col. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/9936. Acesso em: 31 jan. 2024.

³⁹ AFBN. *Jornal do Commercio*, 17 de maio de 1882, p. 2, col. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/5604. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁴⁰ AFBN. *A Folha Nova*, 26 de janeiro de 1883, p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363723/253>. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁴¹ AFBN. *A Folha Nova*, 14 de janeiro de 1883, p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363723/205>. Acesso em: 31 dez. 2024.

com os internos, que estavam nas mãos das Irmãs da Caridade. Contava-se, ainda, com o serviço religioso de capelanía a cargo dos padres lazaristas⁴².

Por essas características, dizia-se que o Hospício Pedro II viveu, no período imperial, os dilemas de uma gestão que esteve em disputa, por um lado pelas tentativas de entender a instituição como aquela guiada pela ciência e, por outro, como aquela que era vista como uma instituição de caridade⁴³. As Irmãs da Caridade eram vistas como aquelas que limitavam a todo instante a atuação dos médicos no interior do hospital. Um dos fatores apontados como limitador da atuação médica era o modelo religioso de enfermagem, que entendia a assistência hospitalar como um serviço de caridade⁴⁴.

O hospício era como um estabelecimento à parte, governado despoticamente pelas irmãs da caridade, que o transformavam em casa de beneficência para os padres lazaristas e fanáticos que com elas conviviam, repartindo deste modo as rendas do hospício com a Santa Casa da Misericórdia, pondo e dispondo de tudo e como bem lhes parecia, subordinado até as prescrições médicas aos preceitos do fanatismo religioso⁴⁵.

As transformações substanciais nos serviços médicos da instituição somente ocorreriam ao tempo da República quando transformado em Hospital Nacional dos Alienados (HNA). Mesmo com as inúmeras críticas, a direção nomeada pela República buscou o estabelecimento de um contrato com as Irmãs da Caridade, para que elas, com limitações de atuação, continuassem na instituição⁴⁶. Contudo, foi noticiado que as religiosas abandonaram o Hospital, levando consigo alguns funcionários que lhes eram leais e treinados para o serviço⁴⁷. De toda forma, iniciou-se um trabalho de gestão de enfermarias ligado a profissionais da enfermagem, que passaram a atuar de maneira articulada com o pensamento médico-científico⁴⁸.

⁴² AFBN. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1880. p. 519. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/313394x/47510> e <http://memoria.bn.br/docreader/313394x/48079>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴³ OLIVEIRA, William Vaz de. *A assistência a alienados na cidade do Rio de Janeiro (1852-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. p. 32-33.

⁴⁴ OLIVEIRA, 2017. p. 42.

⁴⁵ AFBN. *Diário de Notícias*, 15 de agosto de 1890. p. 1, col. 1 e 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/7703>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴⁶ AFBN. *Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1890. p. 2, col. 3, 4 e 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/7718>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴⁷ AFBN. *Diário de Notícias*, 15 de agosto de 1890. p. 1, col. 1 e 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/7703>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴⁸ OLIVEIRA, 2017, p. 62-63.

A Faculdade de Medicina, a cultura religiosa e a sua apropriação do corpo feminino

O uso das enfermarias da Santa Casa para fins de prática acadêmica também era um problema, gerando muitos dissabores com a Escola de Medicina⁴⁹, seus diretores e demais profissionais. É importante vermos a qualificação da informação, uma vez que ela partiu do próprio corpo médico, que se valia das instalações da Santa Casa e consolidou as críticas que chegavam por outras fontes variadas à imprensa. No caso específico, o Visconde de Saboia, diretor da Faculdade de Medicina, escreveu dizendo que 72 doentes haviam sido desalojados da enfermaria, porque a superiora, no mês de Maria, decidiu se valer do espaço para transformá-lo em capela e abrir as portas da instituição à população da cidade que desejasse participar das missas. Outros espaços do hospital também eram utilizados como recolhimento para adultos e órfãs, além de crianças que eram educadas pelas Irmãs, e que o problema se mantinha há mais de sete anos. O Visconde dizia, ainda, que não via desonestidade no trabalho das Irmãs da Caridade em função das diversas tarefas que exerciam no edifício, mas a elas atribuía grande parte dos problemas vividos pela instituição⁵⁰. Outro embate constante estava no trato com a alimentação dos pacientes, que desde 1857 tinha sido minuciosamente detalhada pelo corpo clínico do hospital, mas que era deturpada quando administrada aos doentes⁵¹.

No *Gazeta da Tarde* podemos encontrar um olhar mais politizado em relação à situação do Hospital. O periódico, de propriedade de José do Patrocínio, jornalista abolicionista e farmacêutico, trouxe um editorial em que atribui às Irmãs da Caridade um poder excessivo na instituição, constituindo-se o que se conveniu chamar de um “estado dentro do estado”. À instituição foram concedidos benefícios e monopólios por parte do governo imperial que se refletiam nesse acúmulo dos seus gestores. O monopólio relativo aos enterros foi um desses problemas levantados, haja vista que para morrer, fosse rico ou pobre, era necessário passar pelo serviço funerário explorado comercialmente pela Misericórdia. No entanto, o que o editorial tocou de maneira certa foi a disputa entre a Santa Casa e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Havia uma clara resistência da instituição em abrir as suas enfermarias ao olhar médico-científico dos profissionais de saúde, e a figura das Irmãs da Caridade se tornava o centro de toda essa discórdia. Atuando como enfermeiras e como farmacêuticas, sem

⁴⁹ A imprensa traz a informação Escola de Medicina, mas doravante será utilizado o termo Faculdade de Medicina (leia-se a do Rio de Janeiro).

⁵⁰ AFBN. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1884, p. 1, col. 6 e 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/9757. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁵¹ AFBN. *A Folha Nova*, 13 de fevereiro de 1884, p. 2, col. 1, 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363723/1774>. Acesso em: 30 jan. 2024.

formação para isso, as religiosas eram acusadas de suprimir a medicação aos doentes, concedendo-lhes “crucifixo e oração”. Tratava-se, pois, de um dos erros do governo do Império – dizia o Visconde de Saboia, que se portava submisso frente aos “abusos” vividos na Praia de Santa Luzia⁵².

Visconde de Saboia, em 1884, também se valeu da imprensa para reiterar todo esse problema vivenciado nas enfermarias da Santa Casa. Em um desses artigos, ele questiona abertamente o poderio das religiosas, trazendo as angústias vivenciadas pelos médicos ao Provedor, Barão de Cotegipe (1883-1889)⁵³. A Faculdade de Medicina questionava também a atuação das Irmãs da Caridade em torno do exercício da profissão de farmacêuticas, sem o selo. O relatório era claro ao falar que o manuseio dos produtos químicos para a elaboração da medicação estava sendo feito de maneira errada e trazia, conseqüentemente, danos à saúde dos enfermos. Em resumo, diz o relatório:

[...] o abarrotamento e a falta de renovação ao ar, produzindo a diarreia dos aglomerados; a promiscuidade entre puérperas sãs e doentes, alimentando a febre puerperalque ai reinou desde que se abriu o serviço; a escassez de roupa lavada para as pessoas e para os leitos; a falta de roupas para os recém nascidos, em geral, ingênuos providos de quaisquer recursos; a mingua de rações alimentícias; o mau preparo de medicamentos e remédios; a falta de lavagens dos assoalhos, chegando a incúria ao ponto de não se empregar durante quatro meses esta medida elementar de asseio a despeito de meus incessantes rogos. Eis aqui em que condições o ano de 1884 funcionou a clínica obstétrica e ginecológica!⁵⁴

A interferência das Irmãs da Caridade sobre a profilaxia movimentou os representantes da medicina na busca por soluções para o problema. Importante ressaltar que a prática científica passava por um processo de profissionalização e legitimação, por meio da formação em instituições superiores especializadas. Espaços formais, como a própria Faculdade de Medicina, tinham por função dar validação aos conhecimentos adquiridos nas instituições de ensino. Galgando reconhecimento social, os cientistas passam também a querer que o Estado assumisse compromissos políticos, no caso, em tela, permitindo que os mesmos passassem a ter voz ativa nos tratamentos de saúde⁵⁵. O que pode ser percebido em uma dessas publicações voltadas para

⁵² AFBN. *Gazeta da Tarde*, 6 de fevereiro de 1884, p. col. 1 a 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226688/3363>. Acesso em: 29 jan. 2024.

⁵³ AFBN. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1884, p. 1, col. 6 e 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/9757. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁵⁴ AFBN. *Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro*: Publicações Periodicas da Academia Imperial de Medicina. p. 392-393. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/349607/847>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁵⁵ SÁ, Dominique Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 216 p. (Coleção História e Saúde). ISBN 978-85-7541-308-1. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 3 fev. 2026.

o gênero feminino, quando o Dr. Carlos Costa atribuía às Irmãs da Caridade um importante papel na condução dos serviços de enfermarias nos hospitais não somente da cidade, mas de outras partes do mundo. Entretanto, ele reconhecia que os futuros médicos tinham limitações ao atuar no Hospital, tendo em vista que as religiosas suprimiam o seu campo de observação, ao restringirem, do ponto de vista clínico, o acesso aos corpos das mulheres para que os exames pudessem ser realizados. Ele atribuía esse comportamento ao fato de não serem enfermeiras de vocação, mas atuarem na enfermagem pela caridade⁵⁶. Esse era um médico que escrevia para mulheres sobre moléstias que atingiam o corpo feminino. Um dos cerne dessa discórdia, entre outros, está no direito à saúde das mulheres.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o governo imperial foi demandando mudanças na estrutura da Faculdade de Medicina, até mesmo para servir de parâmetro para outras instituições de ensino médico do país. Uma das questões colocadas dizia respeito ao ensino prático e, nesse sentido, podemos começar a pensar as dificuldades que passariam a enfrentar com a Santa Casa de Misericórdia. A ideia era de que as várias clínicas ensinadas pelos professores da Faculdade de Medicina pudessem ter a sua parte prática exercida no Hospital da Misericórdia, deixando, portanto, as dependências do antigo Hospital Militar. No entanto, uma clínica em específico tinha o seu funcionamento retardado, sendo constantemente objeto de reclamação por parte do corpo médico da Faculdade de Medicina. Tratava-se, neste caso, da área de obstetrícia e ginecologia. Entretanto, quais seriam as razões dessa resistência? Em primeiro lugar, a cidade era tomada de muitas parteiras que atendiam em estalagens e outros locais desprovidos da higiene necessária para a realização dos procedimentos⁵⁷. As próprias condições de higiene do Hospital da Misericórdia para as parturientes não eram das melhores, embora recorrentemente camufladas pela sua administração⁵⁸. Certamente, o tema era objeto de reflexões no âmbito da Faculdade de Medicina para as melhorias em relação aos nascimentos. Um ensino teórico e prático em um hospital da cidade seriam pretensões cabíveis para aquela instituição de ensino e prática médica.

O “Relatório da Repartição dos Negócios do Império”, do início da década de 1880, na parte referente à Faculdade de Medicina, trouxe considerações bem desagradáveis por parte da instituição ao Provedor da Misericórdia e às Irmãs da Caridade. Segundo o Relatório, o Provedor havia prometido que com o início das aulas, em 1883, todas as enfermarias da Santa

⁵⁶ AFBN. *A Mãe de Família*: Jornal Científico, Litterario e Illustrado. p. 145-146. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/341703/436>. Acesso em: 29 jan. 2024.

⁵⁷ AFBN. *Corsario*: periodico critico e litterario, 16 de abril de 1881, p. 1, col. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363065/189>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁵⁸ AFBN. *O Paiz*, 5 de julho de 1885, p. 2, col. 3 e 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/178691_01/1112. Acesso em: 30 jan. 2024.

Casa estariam à disposição de alunos e professores da Faculdade de Medicina. Entretanto, não foi isso que ocorreu, uma vez que a enfermaria para clínica médica e cirúrgica de crianças não estava disponível e alguns leitos para a clínica de moléstias cutâneas e sífilíticas, com o tempo, foram liberados.

Contudo, o grande embate estava na área de obstetrícia e ginecologia que, segundo o Relatório, teria os leitos, mas sem nenhuma parturiente disponível para que os estudos pudessem ser praticados. Segundo o Relatório, desde 1854 já havia uma tentativa de se fazer essa aula prática no Hospital da Misericórdia. Em conversas com a Superiora da Santa Casa, o Relatório dizia que ficava evidente a aflição que ela tinha a essa possibilidade de prática clínica no hospital, acreditando, conforme o relator, que se instituído esse serviço, o setor somente serviria às prostitutas da cidade. As estalagens, citadas anteriormente, eram locais onde muitas dessas mulheres atendiam seus clientes. Após 1854, quando a obstetrícia e a ginecologia passaram a funcionar ainda de forma precária, somente em 1881 e 1882 essas práticas foram retomadas, mas em um novo ambiente hospitalar, sem a mesma estrutura oferecida pela Santa Casa⁵⁹.

A mesma situação ainda permaneceu na “Contribuição à Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” para o ano de 1884, escrita pelo professor de clínica Obstétrica e Ginecológica, Dr. Souza Lima. Segundo o documento, em abril de 1883, foi inaugurada a cadeira de Obstetrícia e Ginecologia, que há mais de 13 meses tinha professor nomeado para a sua execução. A concessão do espaço havia sido feita, enfim, pelo Hospital da Santa Casa, mas, segundo Souza Lima, encontrou o ambiente cercado de “barricadas” e “mentes obscurantistas”, que relegavam a clínica a um ambiente secundário do hospital. O tom do texto de Souza Lima dá uma mensagem de desalento em relação à situação vivenciada pelos acadêmicos e professores que necessitavam do espaço, de parturientes e de enfermos para os seus estudos clínicos.

Segundo Souza Lima, as justificativas expostas pela Provedoria, já desde o tempo do Visconde de Jaguaré (1878-1883)⁶⁰, eram apoiadas nos conselhos das Irmãs de Caridade, argumentando-se que esse tipo de serviço médico não tinha espaço em um Hospital onde frequentavam apenas mulheres casadas, ainda que pobres. O documento evidencia também as dificuldades enfrentadas pelos médicos no hospital quanto ao exercício da sua autoridade. Muitas das vezes, mulheres recém-paridas ficavam em ambientes que facilitavam a proliferação

⁵⁹ AFBN. Ministério do Império. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*. Relatório do Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1883), p. 24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/349607/847>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁶⁰ Período que ocupou a provedoria.

de doenças, muito em função da administração da Irmãs resistirem às ordens médicas. A despeito do que as religiosas entendiam como correto, Souza Lima relata como o serviço de apoio aos partos era “boicotado”, com o envio de roupas de cama e enfermaria em péssimo estado, além da alimentação, que também era racionada⁶¹.

Esse descontentamento da Faculdade de Medicina com o tratamento que lhe era dado pela Santa Casa de Misericórdia não estava, a princípio, inacessível ao grande público, uma vez que era publicado nos documentos oficiais do governo. De toda forma, a imprensa os tomava como fonte e os fazia chegar ao público leitor da cidade, envolvido com as diversas contendas que os periódicos alimentavam no dia a dia⁶². Nesse caso, “O Paiz” recuperou outros relatórios de diretores da Faculdade de Medicina para demonstrar como aquela situação se arrastava no interior do Hospital. No relatório assinado pelo médico e professor Visconde de Santa Isabel⁶³, datado de 1879, era possível ler que “As razões em que se funda a Santa Casa para semelhantes recusas resumem-se no respeito ao pudor feminino, apresentando em oposição aos interesses do ensino, que são os da ciência e da humanidade”⁶⁴. Nesse sentido, o que estaria em jogo nessa atitude em relação a limitar o acesso das mulheres ao serviço de obstetrícia e ginecologia? Como dito, as Irmãs da Caridade entendiam que o serviço prestado pela Santa Casa era voltado às mulheres casadas e a instalação da prática em obstetrícia e ginecologia atrairia para aquele ambiente as prostitutas, acostumadas a mostrarem os seus corpos aos mais diferentes homens da Corte.

Levando-se em consideração que a pauta política discutia questões como o casamento civil, mais uma vez, mesmo que indiretamente, a restrição ao acesso a um serviço médico em que o corpo da mulher é o objeto de estudo se relaciona à questão da família, uma vez que mulheres casadas não deviam ter os seus corpos tocados, a não ser pelos maridos. Como sabemos, o debate em torno do casamento no Império, assim como em outras épocas, trazia questões relativas à sua “segurança”, uma vez que do ponto de vista jurídico somente o casamento religioso, diga-se na Igreja Católica, era observado para fins de transmissão de herança e outros direitos. Às uniões protestantes e de outras filiações religiosas, por exemplo, de matriz africana, não cabia esse direito, embora o Decreto nº 1.144, de 11 de setembro de

⁶¹ AFBN. *Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro*: Publicações Periódicas da Academia Imperial de Medicina. p. 384, 387 e 389. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/349607/847>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁶² AFBN. *Corsario*: órgão de moralização social, 1 de fevereiro de 1883, p. 2, col. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363065/771>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁶³ No site da Academia Nacional de Medicina há uma biografia de Luiz da Cunha Feijó, na qual se observa a sua experiência na área de cirurgia e partos. Disponível em: <https://www.anm.org.br/luiz-da-cunha-feijo-visconde-de-santa-isabel/>. Acesso em: 03 fev. 2024.

⁶⁴ AFBN. *O Paiz*, 14 de fevereiro de 1885, p. 2, col. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/178691_01/552. Acesso em: 30 jan. 2024.

1861, reconhecesse algumas tipologias de uniões fora da religião oficial do Estado⁶⁵. O direito da mulher à saúde e a um parto no ambiente hospitalar estaria restrito, portanto, às que estivessem inseridas no modelo de família preconizado pela Igreja naquele contexto, com o parto feito por uma mulher: a parteira, uma profissão feminina.

Mais uma vez, a necessidade da secularização dos serviços médico-hospitalares estava premente, para além de debates que ocorressem em órgãos colegiados formais do Império, sejam eles o Senado, a Câmara ou ainda o Conselho de Estado. Aqui, no debate sobre a secularização dos serviços médico-hospitalares, o que temos é uma reivindicação médica. Fato é que as contendas entre a Faculdade de Medicina e a Provedoria da Misericórdia continuaram na imprensa, num debate em que a ciência e a religião figuravam como pontos nevrálgicos na relação. De certa forma, acabava a Faculdade de Medicina e o ensino oficial de medicina, sob um olhar ultramontano, acusados de serem materialistas, ateístas e positivistas, com ideias que são do homem, pois num momento de sofrimento só Deus viria em direção ao enfermo. Num país livre, diziam, como era o Brasil Império – mesmo que escravista! – a liberdade acabaria quando o limite espiritual fosse encontrado⁶⁶.

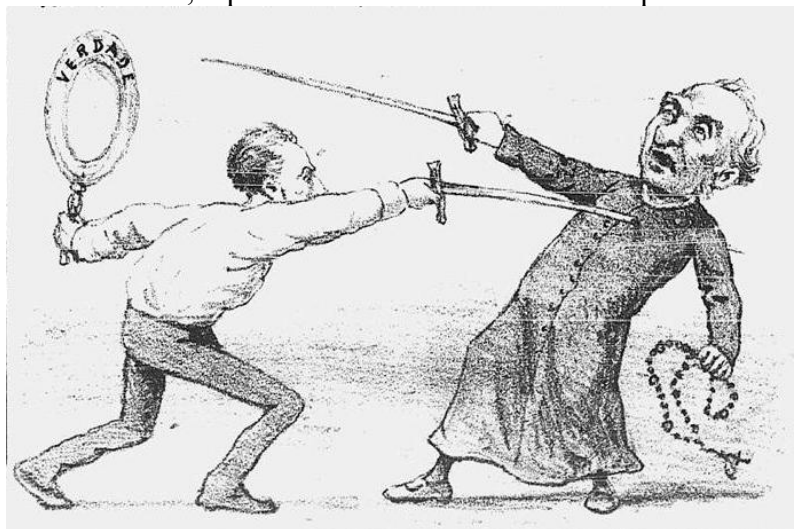
O fato de o Estado imperial destinar orçamento para os serviços assistenciais então praticados pelo hospital também era um fator para se pleitear o afastamento das religiosas das suas enfermarias. De fato, o que se percebe da leitura dos textos do Visconde de Saboia é uma reivindicação de que a Santa Casa, como instituição apoiada pelo governo imperial, cumpra a função de abrir as suas enfermarias para os estudantes e professores da Faculdade de Medicina⁶⁷. A *Revista Illustrada*, que repercutia as principais pautas da imprensa carioca durante a semana, assim representou o embate entre a ciência e a Santa Casa. Nota-se que o provedor da Irmandade, apoiado nos conselhos das religiosas nas enfermarias do hospital, é representado com a indumentária clerical, portanto, o ultramontano que ataca a ciência e a verdade, empunhadas pelo diretor da Faculdade de Medicina.

⁶⁵ LORDELLO, 2002, p. 114.

⁶⁶ AFBN. *Diário do Brasil*, 17 de fevereiro de 1884, p. 1, col. 2, 3 e 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/225029/2831>. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁶⁷ AFBN. *Jornal do Commercio*, 2 de março de 1884, p. 2, col. 1 e 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/9886. Acesso em: 31 jan. 2024.

Figura 4 - “No tremendo duelo acerca da S. Casa, o Sr. de Cotegipe foi completamente batido pelo Cons^o Saboia. É que este tinha consigo o espelho da verdade, cujos reflexos cegavam o adversário, representante do fanatismo e da hipocrisia”



Fonte: AFBN. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 1884, nº 372, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/332747b/2769>. Acesso em: 04 fev. 2024.

Por fim, outro problema de desobediência da Santa Casa apareceria no fato desta se recusar a receber doentes e alienados, que eram recolhidos pelo asilo de mendigos da cidade. Mesmo com a ordem expressa do ministro da Justiça para que o asilo de mendigos não recebesse essa população, devendo encaminhá-la à Santa Casa, as ordens do ministro eram descumpridas. Entretanto, as Irmãs da Caridade preservavam nas suas dependências muitas órfãs, mesmo que as verbas destinadas pelo governo à Misericórdia não cobrissem essa obra social. “Hospitais ocupados por educandas, asilo de mendigos cheios de doentes... como isto está bem conforme a desordem que reina na nossa administração em todos os degraus da escala governamental”⁶⁸. Em suma, diante da ilegalidade, poderia o Ministério da Justiça aproveitar o momento oportuno para “[...] tomar as medidas necessárias a fim de que a Santa Casa deixe de ser, não somente um Estado no Estado, mas ainda o asilo tenebroso do mistério [...]”⁶⁹.

Considerações finais

As críticas à atuação das Irmãs da Caridade na Santa Casa poderiam se estender ainda mais nas referências deste estudo. Era de se esperar, portanto, que com a secularização firmada

⁶⁸ AFBN. *A Folha Nova*, 28 de agosto de 1883. p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363723/1102>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁶⁹ AFBN. *A Folha Nova*, 28 de agosto de 1883. p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363723/1102>. Acesso em: 01 fev. 2024.

do ponto de vista jurídico com a República o serviço delas fosse substituído por uma mão de obra laica, assim como os serviços médico-hospitalares passassem por um processo de desligamento do trabalho caritativo. No entanto, isso não ocorreu. Por um lado, observando-se o livro comemorativo “Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro”, editado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1922, tem-se que a cidade ainda não contava com nenhum hospital público, federal ou municipal, excetuando-se para os casos de moléstias infectocontagiosas, até a data da edição. A capital federal já chegava a 1 milhão de habitantes e tinha em torno de 3500 leitos, havendo um déficit de ao menos 500 outros para serem abertos⁷⁰. Ademais,

[...] A Misericórdia é insuficiente para as necessidades, da cidade. Aí, a internação faz-se mais difícil por escassez de lugares; as enfermarias superpovoam-se, exigindo leitos no chão, em uma anti-higiene inevitável, mas nem por isso menos censurável; quebra-se, ou antes mantém-se sempre viciada a fórmula de cubagem menos exigente, a caridade se restringe e tudo permanece um status quo defeituoso⁷¹.

Esse contexto formava um ambiente propício para a atuação de filantropos, como foi o caso de Guilherme Guinle, que atuou para a fundação do Hospital Gaffrée e Guinle, iniciando um processo de ruptura com os modelos assistenciais e hospitalares vinculados às irmandades e demais institutos religiosos⁷². É preciso levarmos em consideração ainda que, no Brasil, não havia formação de profissionais de enfermagem para atuar nos serviços médico-hospitalares, cabendo a antigos profissionais, sobretudo ligados a instituições religiosas, a continuidade no exercício da profissão no período republicano. Até então, somente as Irmãs da Caridade haviam recebido algum tipo de treinamento para o trabalho nos hospitais. Antes da institucionalização do ensino de enfermagem, instituições laicas e religiosas formavam profissionais em hospitais, hospícios, maternidade e dispensários. A institucionalização da enfermagem profissional somente começaria com o acordo de cooperação técnica firmado entre o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e a Fundação Rockefeller, criando-se, em 1923, a Escola de enfermeiras do DNSP, posteriormente conhecida como Escola de Enfermagem Ana Nery, para a formação de profissionais ao nível superior⁷³.

É preciso destacarmos, ainda, que a Igreja Católica teve importante papel nesse processo de profissionalização da enfermagem pela atuação de profissionais em associações que

⁷⁰ AFBN. *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil)*. História e Estatística. Comemoração do Centenário da Independência Nacional. Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil, 1992, p. 31.

⁷¹ AFBN, *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil)*, 1992, p. 32.

⁷² SANGULAR, Gisele. Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 15, n. 2, p. 263, jul. 2007.

⁷³ FERREIRA, Luiz Otávio; SALLES, Renata Batista Brotto. A origem social da enfermeira padrão: o recrutamento e a imagem pública da enfermeira no Brasil, 1920-1960. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/77966>. Acesso em: 23 fev. 2025.

representavam e apoiavam o interesse da profissão, o que influencia o fato de que não houve uma defesa da laicidade na formação desses profissionais⁷⁴.

Isso se reflete no próprio fato de que, mesmo com todas essas críticas, as Irmãs da Caridade não deixaram de imediato o Hospital da Santa Casa. Podemos verificar que, em muitos artigos, embora criticadas pelo seu ímpeto religioso, o trabalho das religiosas era reconhecido como de grande relevância para a assistência médico-hospitalar. Nesse sentido, reiteramos que as querelas clericais da década de 1870, em meio às animosidades entre ultramontanos e o campo político imperial dito ilustrado, contribuiu para a representação caricata dessas religiosas, como vimos na introdução deste artigo, assim como para as críticas mais ácidas dos articulistas ao longo dos anos. Isso não descarta, porém, a realidade dos problemas estruturais, como aqueles apontados pelos diretores da Faculdade de Medicina. Entendemos que a crítica à Igreja estava no caminho do processo de secularização e que, de certo modo, acreditava-se que, com a instauração de uma República, esse problema fosse resolvido. Se a República realmente instituiu a separação entre o Estado e a Igreja, os gestores republicanos, positivistas ou liberais, talvez não estivessem contando com o fato de que o discurso e a realidade não fossem assim tão fáceis de se conjugar.

Essa situação nos leva a pensar que, embora a secularização estivesse em curso no Brasil e tenha saído vitoriosa, sobretudo com a separação jurídica entre os poderes civil e religioso, não necessariamente ocorreu uma vitória laicista. Diferentemente da secularização e da laicidade, o laicismo é resultante de um processo de silenciamento e disputa pelo Estado contra os representantes religiosos. De certo modo, as discussões presentes na imprensa entre as décadas de 1870 e 1880 nos remetem à ideia de um movimento laicista no Império, isso é, que defendia a todo custo o afastamento de religiosos de serviços, como os assistenciais à saúde, aqui apontados. Entretanto, é interessante observarmos que a crítica à atuação das Irmãs da Caridade tende a se reduzir logo na primeira década republicana. Entendemos que, embora houvesse esse clamor laicista, a carência de profissionais para trabalhar na assistência médico-hospitalar permitiu que as Irmãs da Caridade continuassem o seu trabalho, seja frente à Santa Casa ou a outras instituições que então governavam. Segundo Mauricio de Aquino, o Brasil viveu uma laicidade pragmática logo após o Decreto 119-A, que separava Igreja e Estado no Brasil, segundo o qual, o caráter da laicidade do Estado brasileiro “expressa na constituição de 1891 não foi antirreligioso ou confessional, não se assemelhou à laicidade francesa ou à laicidade estadunidense da época”⁷⁵. Em suma, as demandas pela prestação de serviços e a

⁷⁴ FERREIRA; SALLES, 2019, p. 7-8.

⁷⁵ AQUINO, Mauricio de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63, p. 150, 2012.

ausência de profissionais laicos permitiu que ocorresse “uma adaptação das estruturas públicas a uma realidade social de um Estado secular”⁷⁶, ou seja, sem necessariamente fechar a cancela para a possibilidade de se ter a atuação de religiosos frente a serviços, quando se fizessem necessários.

Referências

Fontes

ACERVO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (AFBN). *A Folha Nova*, 13 de fevereiro de 1884, p. 2, col. 1, 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363723/1774>. Acesso em: 30 jan. 2024.

AFBN. *A Folha Nova*, 14 de janeiro de 1883, p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/363723/205>. Acesso em: 29 jan. 20024.

AFBN. *A Folha Nova*, 14 de janeiro de 1883, p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363723/205>. Acesso em: 31 dez. 2024.

AFBN. *A Folha Nova*, 26 de janeiro de 1883, p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363723/253>. Acesso em: 31 jan. 2024.

AFBN. *A Folha Nova*, 28 de agosto de 1883, p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363723/1102>. Acesso em: 01 fev. 2024.

AFBN. *A Mãe de Família: Jornal Científico, Litterario e Illustrado*, p. 145-146. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/341703/436>. Acesso em: 29 jan. 2024.

AFBN. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/313394x/47510> e <http://memoria.bn.br/docreader/313394x/48079>. Acesso em: 01 fev. 2024.

AFBN. *Anais da Câmara dos Deputados*, 7 de novembro de 1789, p. 87. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/060917_01/34518. Acesso em: 03 jan. 2024.

AFBN. *Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro: Publicações Periodicas da Academia Imperial de Medicina*, p. 390 - 391. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/349607/847>. Acesso em: 30 jan. 2024.

AFBN. *Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro: Publicações Periodicas da Academia Imperial de Medicina*, p. 384, 387 e 389. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/349607/847>. Acesso em: 30 jan. 2024.

AFBN. *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil)*. História e Estatística. Comemoração do Centenário da Independência Nacional. Rio de Janeiro: Typographia do Annuario do Brasil, 1922.

⁷⁶ MOURA, Carlos André Silva de. A formação do laicismo em Portugal Afonso Costa e o anticlericalismo no início da República (1890-1914). *Varia Historia*, v. 40, p. e24027, 2024.

- AFBN. *Corsario*: órgão de moralização social, 1 de fevereiro de 1883, p. 2, col. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363065/771>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- AFBN. *Corsario*: periodico critico e litterario, 16 de abril de 1881, p. 1, col. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/363065/189>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- AFBN. *Diario de Notícias*, 15 de agosto de 1890, p. 1, col. 1 e 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/7703>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- AFBN. *Diario de Notícias*, 15 de agosto de 1890, p. 1, col. 1 e 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/7703>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- AFBN. *Diario de Notícias*, 18 de agosto de 1890, p. 2, col. 3, 4 e 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/7718>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- AFBN. *Diario do Brazil*, 17 de fevereiro de 1884, p. 1, col. 2, 3 e 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/225029/2831>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- AFBN. *Gazeta da Tarde*, 6 de fevereiro de 1884, p. col. 1 a 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226688/3363>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- AFBN. *Gazeta da Tarde*, 25 de fevereiro de 1884, p. 1, col. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/226688/3423>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- AFBN. *Gazeta Suburbana*. 1884. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/332585/28>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 10 de abril de 1880, p. 2, col. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/582. Acesso em: 31 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 10 de dezembro de 1889, p. 3, col. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/19262. Acesso em: 30 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1884, p. 1, col. 6 e 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/9757. Acesso em: 30 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1884, p. 1, col. 6 e 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/9757. Acesso em: 30 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 13 de abril de 1884, p. 1, col. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/10157. Acesso em: 31 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 17 de maio de 1882. p. 2, col. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/5604. Acesso em: 31 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 21 de maio de 1882, p. 1, col. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_07/5625. Acesso em: 03 fev. 2026.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 2 de abril de 1886. p. 2, col. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/14986. Acesso em: 29 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 2 de março de 1884. p. 2, col. 1 e 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/9886. Acesso em: 31 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 24 de janeiro de 1885. p. 2, col. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/12154. Acesso em: 29 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 5 de agosto de 1887. p. 2, col. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/18361. Acesso em: 29 jan. 2024.
- AFBN. *Jornal do Commercio*, 7 de abril de 1889. p. 2, col. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/22559. Acesso em: 31 jan. 2024.

AFBN. *Jornal do Commercio*, 9 de março de 1884. p. 2, col. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_07/9936. Acesso em: 31 jan. 2024.

AFBN. Ministério do Império. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*. Relatório do Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1883). p. 24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/349607/847>. Acesso em: 30 jan. 2024.

AFBN. *O Apostolo*: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, 3 de Março de 1882. p. 2, col. 2 e 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/7688>. Acesso em: 29 jan. 2024.

AFBN. *O Paiz*, 14 de fevereiro de 1885. p. 2, col. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/178691_01/552. Acesso em: 30 jan. 2024.

AFBN. *O Paiz*, 5 de julho de 1885. p. 2, col. 3 e 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/178691_01/1112. Acesso em: 30 jan. 2024.

AFBN. *Revista Illustrada*, nº 93, 8 de dezembro de 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332747b/651>. Acesso em: 07 fev. 2024.

AFBN. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, nº 372, 1884, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/332747b/2769>. Acesso em: 04 fev. 2024.

AFBN. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, nº 539, 1889, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/332747b/4014>. Acesso em: 17 fev. 2025.

Obras gerais

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

AQUINO, Mauricio de. “Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930)”. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012.

CATROGA, Fernando. “O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911)”. *Análise Social*, v. 24, n. 100, p. 211-273, 1988.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, jan.-abr. 1991.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

FERREIRA, Luiz Otávio. “Clínica na cidade: assistência à saúde e o relacionamento entre médicos, elites e pobres no Rio de Janeiro (1880-1940)”. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 71-92, 2019.

FERREIRA, Luiz Otávio; SALLES, Renata Batista Brotto. “A origem social da enfermeira padrão: o recrutamento e a imagem pública da enfermeira no Brasil, 1920-1960”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/77966>. Acesso em: 23 fev. 2025.

FRANCO, Renato Júnio. “O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 5-25, jan. 2014.

GANDELMAN, Luciana Mendes. “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI ao XIX”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 8, n. 3, p. 613-630, set. 2001.

- GOMES, Daniel Machado. “A secularização nos discursos de Joaquim Nabuco: uma perspectiva sobre a crise do modelo confessional de 1824”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 185, n. 496, p. 368-383, 2024. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/199>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- HABENACK, Charles. *Jesuitas e Lazaristas*. 2. ed. Lisboa: Typ. de J. G. de Souza Neves, 1862.
- LORDELLO, Josette Magalhães. *A secularização do casamento no Brasil do século XIX: entre o reino de Deus e o dos homens*. Brasília: EdUnb, 2002.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOURA, Carlos André Silva de. “A formação do laicismo em Portugal: Afonso Costa e o anticlericalismo no início da República (1890-1914)”. *Varia Historia*, v. 40, p. e24027, 2024.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. “Os bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial”. *Locus: Revista de História*, v. 8, n. 2, p. 71-81, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20565>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- OLIVEIRA, William Vaz de. *A assistência a alienados na cidade do Rio de Janeiro (1852-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.
- RANQUETAT JÚNIOR, Cesar. “Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos”. *Revista Sociais e Humanas*, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- SÁ, Dominique Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 216 p. (Coleção História e Saúde). ISBN 978-85-7541-308-1. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 3 fev. 2026.
- SANGLARD, Gisele. “Assistência na antiga província do Rio de Janeiro: contribuições para o debate acerca de sua organização (1830-1890)”. *História*, São Paulo, v. 40, p. e2021035, 2021.
- SANGLARD, Gisele. “Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 15, n. 2, p. 257-289, jul. 2007.
- SANGLARD, Gisele; LOPES, Maria Antonia. “Pobreza e assistência: debates historiográficos”. *Tempo*, v. 24, n. 2, p. 280-284, maio 2018.
- SANTIROCCHI, Ítalo D. “Afastemos o Padre da Política! A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império”. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 12, n. 29, p. 187-207, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 20 mar. 2025.